

PT na Câmara  
dezembro/2021



# RESISTÊNCIA E LUTA EM DEFESA DO POVO BRASILEIRO



# RESISTÊNCIA E LUTA EM DEFESA DO POVO BRASILEIRO



PT na Câmara - Dezembro de 2021

Foto: Gabriel Paiva

## BANCADA FEDERAL (2019-2023)

*LÍDER - Elvino Bohn Gass (RS)*

*VICE - LÍDERES*

*Gleisi Hoffmann (PR)  
Helder Salomão (ES)  
Leo de Brito (AC)  
Maria do Rosário (RS)  
Natália Bonavides (RN)  
Nilto Tatto (SP)  
Odair Cunha (MG)  
Paulo Guedes (MG)  
Paulo Pimenta (RS)  
Professora Rosa Neide (MT)  
Reginaldo Lopes (MG)  
Rogério Correia (MG)  
Rui Falcão (SP)  
Zé Neto (BA)*

*COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO*

*Misiara Oliveira*

*PRODUÇÃO E PESQUISA*

*Giles Azevedo  
Assessoria Técnica da Liderança do PT  
na Câmara dos Deputados*

*ELABORAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS*

*Paulo Paiva Nogueira  
João Manoel de Oliveira*

*EDIÇÃO*

*Carlos Leite*

*CAPA, PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO*

*Claudia Barreiros*

*FOTO DA CAPA*

*Gabriel Paiva*

*Brasília - Dezembro/2021*

### Elvino Bohn Gass (RS) - Líder do PT

Afonso Florence (BA)  
Airton Faleiro (PA)  
Alencar Santana (SP)  
Alexandre Padilha (SP)  
Arlindo Chinaglia (SP)  
Benedita da Silva (RJ)  
Beto Faro (PA)  
Carlos Veras (PE)  
Carlos Zarattini (SP)  
Célio Moura (TO)  
Enio Verri (PR)  
Erika Kokay (DF)  
Frei Anastácio (PB)  
Gleisi Hoffmann (PR)  
Helder Salomão (ES)  
Henrique Fontana (RS)  
João Daniel (SE)  
José Airton Cirilo (CE)  
Jorge Solla (BA)  
José Guimarães (CE)  
José Ricardo (AM)  
Joseildo Ramos (BA)  
Leo de Brito (AC)  
Leonardo Monteiro (MG)  
Luizianne Lins (CE)  
Marcon (RS)  
Maria do Rosário (RS)  
Marília Arraes (PE)  
Merlong Solano (PI)  
Natália Bonavides (RN)  
Nilto Tatto (SP)  
Odair Cunha (MG)  
Padre João (MG)  
Patrus Ananias (MG)  
Paulão (AL)  
Paulo Guedes (MG)  
Paulo Pimenta (RS)  
Paulo Teixeira (SP)  
Pedro Uczai (SC)  
Professora Rosa Neide (MT)  
Reginaldo Lopes (MG)  
Rejane Dias (PI)  
Rogério Correia (MG)  
Rubens Otoni (GO)  
Rui Falcão (SP)  
Valmir Assunção (BA)  
Vander Loubet (MS)  
Vicentinho (SP)  
Waldenor Pereira (BA)  
Zé Carlos (MA)  
Zé Neto (BA)  
Zeca Dirceu (PR)



# PT NA CÂMARA, OPOSIÇÃO AO GOVERNO GENOCIDA

por Elvino Bohn Gass, líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados



*Temos consciência de que vivemos, hoje, sob o tacão de um governo ultraliberal, negacionista, preconceituoso, dinheirista, cínico e desumano. Mas nós, da Bancada do PT na Câmara, vamos seguir lutando com bravura, coragem e propostas lastreadas na experiência de quem já mudou o Brasil para melhor uma vez, e vai fazer isso de novo.*

Desde quando foi classificada como pandemia, em março de 2020, a Covid-19 matou mais de cinco milhões de pessoas em todo o mundo. A vacina passou a estar disponível cerca de nove meses depois, em dezembro de 2020. E o Brasil, como um dos poucos países que dispunha de um sistema de saúde público capilarizado, com capacidade e experiência de imunização comprovadas [em outras ocasiões, o Sistema Nacional de Imunização já vacinara mais de 100 milhões de pessoas em menos de três meses] e dinheiro para compra de imunizantes, tinha tudo para tornar-se uma nação exemplar no combate à pandemia.

Entretanto, o negacionismo científico, o preconceito ideológico, o autoritarismo, a submissão ao mercado, a prática da desinformação, a incompetência e a corrupção que dominaram as ações do governo Bolsonaro fizeram de nosso país um dos campeões mundiais em mortes por Covid.

É dramático constatar que, passados quase dois anos, mais de 600 mil vidas brasileiras foram perdidas pela combinação trágica de pandemia & Bolsonaro. Mais trágico ainda é saber que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas se nosso país não estivesse sob um governo que despreza a vida.

## GOVERNO GENOCIDA

É a este governo desumano, atrasado, incompetente e dinheirista que a **Bancada do PT** na Câmara dos Deputados fez oposição intensa, propositiva e firme em 2021. Nós, deputados e deputadas do PT, sempre soubemos que Jair Bolsonaro era um aventureiro de extrema-direita, desequilibrado, desqualificado e que não carregava consigo nenhum projeto nacional. Mas, apesar de não termos nos surpreendido com a negligência do governo no período pandêmico, devemos admitir: não imaginávamos que ele chegasse tão longe, a ponto de causar um genocídio no Brasil. Pois, causou.

Mas, mesmo antes que esta praga sanitária se instalasse no Brasil, a **Bancada do PT** — que teve a honra de liderar nesta triste quadra da história — já havia identificado a característica antinacional, antidemocrática e anti-povo de Bolsonaro e, por isso, se posicionado com firmeza na oposição ao atual governo.

Os 53 deputados e deputadas do PT identificaram, denunciaram, reagiram e, em alguns casos, conseguiram barrar a ação destruidora deste governo, o pior da história.

O mesmo modus operandi praticado na pandemia, verificou-se em todas as áreas de atuação governamental. Na economia, a opção pelo fracassado modelo ultraliberal faz o Brasil chegar ao final do ano em recessão técnica, inflação, crescimento negativo, indústria asfixiada, comércio em queda e uma multidão sem renda e trabalho.

O **PT na Câmara** apresentou propostas de proteção e financiamento às micro, pequenas e médias empresas para garantir o emprego, criou projetos para socorrer a agricultura familiar e garantir a produção e a distribuição de alimentos, apresentou destaques e emendas de garantia de renda mínima. Mas, ancorado por uma maioria congressual sustentada à base da velhíssima política do toma lá dá cá, agora travestida nas famigeradas emendas de relator, o governo assegurou a rejeição das propostas de melhoria do PT e de toda a oposição,

fazendo prevalecer, assim, o que chamamos de economia sem povo da dupla BolsoGuedes.

## AUXÍLIO DE R\$ 600

Na área social, o desmonte de programas celebrados mundialmente como o Bolsa Família, por exemplo, resultaram num país que voltou ao vergonhoso Mapa Mundial da Fome, com mais da metade da população — mais de 100 milhões de pessoas! — vivendo, hoje, em insegurança alimentar. O **PT na Câmara** foi um dos responsáveis por garantir o auxílio emergencial de R\$ 600 pago em 2020. E, este ano, quando Bolsonaro reduziu o valor para míseros R\$ 150, o PT apresentou proposta pelo retorno do benefício aos R\$ 600 até o final da pandemia. Mas nossa emenda nunca foi votada.

Na educação, a combinação do preconceito ideológico com a lógica devoradora do mercado se impôs sobre a qualidade do ensino público e a ampliação do acesso às camadas menos favorecidas economicamente. O **PT na Câmara** denunciou os desmandos, a perseguição, a descontinuidade das políticas, a dança das cadeiras, a penúria das universidades, o abandono da pesquisa e a desqualificação das chefias indicadas por Bolsonaro e sua turma no Ministério da Educação.

***Na economia, a opção pelo fracassado modelo ultraliberal faz o Brasil chegar ao final do ano em recessão técnica, inflação, crescimento negativo, indústria asfixiada, comércio em queda e uma multidão sem renda e trabalho.***

No meio ambiente, o que se viu foi a devastação. Ao mesmo tempo em que enfraquecia e desmantelava

os órgãos de fiscalização, com a revogação de portarias de proteção e redução de pessoal, o governo escancarava as portas para criminosos ambientais de todo tipo, grileiros, desmatadores, madeireiros, traficantes, garimpeiros ilegais. O **PT na Câmara** manteve-se ao lado dos povos indígenas e dos ribeirinhos, buscando a proteção das matas, das águas, dos territórios e do subsolo.

Na agricultura, a opção do governo foi exclusiva pelo fomento e proteção ao grande agropólio exportador, enquanto a atividade agrícola de regime familiar ficou completamente abandonada. A **Bancada do PT** conseguiu aprovar duas vezes as Leis Assis Carvalho I e II. Bolsonaro vetou ambas. E lutamos para derrubar os dois vetos.



## CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

O PT esteve à frente, ainda, da luta contra a liquidação do patrimônio público nacional e foi a voz mais forte a gritar contra a sanha privatista que fez da água mercadoria, que vem esquartejando a Petrobras, que já vendeu a Eletrobras e está prestes a entregar os Correios. E que não esconde seu desejo de entregar ao mercado até joias da nossa coroa como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Para o PT, o que está em jogo é a capacidade estratégica do Estado brasileiro de viabilizar crescimento e distribuição de renda. Nós carregamos a certeza de que, se tudo for privado, o povo será privado de tudo. Então, somos resistência a tudo o que Bolsonaro representa.

Pessoalmente, devo dizer: liderar a segunda bancada mais numerosa da Câmara e a maior da oposição, mantendo-a aguerrida, unida e sólida nesta resistência, talvez tenha sido o maior desafio de minha vida pública.

É certo que alcançamos algumas vitórias e isto se deve à força das lutas populares que se aliaram a nós, na tentativa de dar voz aos mais legítimos anseios da sociedade civil por um país mais justo, mais igualitário, mais soberano.

Temos consciência de que vivemos, hoje, sob o tacão de um governo ultraliberal, reacionário, atrasado, preconceituoso, dinheirista, desumano, violento, cínico e desrespeitoso. Mas seguimos lutando com bravura, coragem e propostas lastreadas na experiência de quem já mudou o País para melhor uma vez, e vai fazê-lo de novo.

Nós, da **Bancada do PT**, fechamos 2021 com a consciência plena de que a vida, para milhões de brasileiros e brasileiras, piorou. Mas podemos dizer, sem medo, que muitas vezes fizemos mais do que nos parecia possível, para proteger e respeitar nosso povo. Decerto que nem sempre acertamos ou fomos compreendidos. Mas carregamos duas certezas: demos o melhor de nós em 2021 e repetiremos, com ainda mais garra, nossa luta em 2022. O Brasil precisa ser reconstruído. E nós, deputados e deputadas do PT, sabemos: como maior partido de oposição, temos o dever de liderar esse trabalho de reconstrução. Estamos dispostos. E vamos fazer.

Esta publicação é um balanço das principais ações da **Bancada do PT** ao longo de 2021. Uma atuação em defesa da vida, dos direitos do povo brasileiro e do futuro do País. Uma boa leitura!

**Os 53 deputados e deputadas do PT identificaram, denunciaram, reagiram e, em alguns casos, conseguiram barrar a ação destruidora deste governo, o pior da história.**

**O PT na Câmara foi um dos responsáveis por garantir o auxílio emergencial de R\$ 600 pago em 2020. E, este ano, quando Bolsonaro reduziu o valor para míseros R\$ 150, o PT apresentou proposta pelo retorno do benefício aos R\$ 600 até o final da pandemia.**

**Para o PT, o que está em jogo é a capacidade estratégica do Estado brasileiro de viabilizar crescimento e distribuição de renda. Nós carregamos a certeza de que, se tudo for privado, o povo será privado de tudo. Então, somos resistência a tudo o que Bolsonaro representa.**

## O FIM DO BOLSA FAMÍLIA E A VOLTA DA FOME AO BRASIL

**A Bancada denunciou que já em novembro o governo militar deixou de fora dos benefícios sociais cerca de 25 milhões de famílias, em razão da extinção do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial.**

**2**021 vai entrar para a história como o ano em que o mais bem-sucedido programa mundial de combate à fome e à miséria foi aniquilado pelo presidente de extrema direita Jair Bolsonaro. O Bolsa Família, inaugurado pelo ex-presidente Lula há 18 anos, foi destruído. Em seu lugar, o governo militar instituiu o chamado Auxílio Brasil, iniciativa demagógica e eleitoreira que acabará quando for fechada a última urna das eleições do ano que vem.

Esse é o exemplo emblemático de como o Brasil sofreu um retrocesso aterrorizante desde a posse do atual governo. A fome voltou, direitos foram cortados e a desesperança contagiou o povo brasileiro. A **Bancada do PT** denunciou no Congresso, no Ministério Público e no Judiciário todas as ações antipopulares do atual governo, sobretudo o fim do Bolsa Família, um programa que agregava um conjunto de políticas públicas que envolviam, por exemplo, frequência escolar de criança, saúde e valorização do trabalho.

Instituiu-se um programa que não vai parar em pé, já que é dissociado da seguridade social, do acesso ao SUS e da educação. Trata-se de um engodo. A partir de 2023, se não houver outra fonte de recursos, o valor do benefício é imprevisível, o que confirma o caráter claramente eleitoreiro da iniciativa.

O Bolsa Família conseguiu reduzir a pobreza, diminuir a mortalidade infantil e melhorar indicadores de insegurança alimentar entre as pessoas mais pobres. Reuniu quatro programas de transferência de renda anteriores, criando um cadastro único. O chamado Auxílio Brasil vai na contramão desta conquista, criando diferentes benefícios que dependerão de distintas bases de cadastro, fragmentando a ação do Estado no enfrentamento à pobreza.

Estudos indicam que o Bolsa Família respondeu por uma redução de 10% da desigualdade

de no País. Cada real investido no programa se multiplicava em R\$ 1,80 na economia, movimentando o comércio e as atividades econômicas.

O programa virou referência mundial, mas Bolsonaro atuou para cumprir sua principal promessa de campanha: destruir o Brasil. Ele deixou milhões de brasileiros desamparados, em um gravíssimo momento econômico e de crise social e sanitária.

### ATUAÇÃO DA BANCADA DO PT EM DEFESA DO BOLSA FAMÍLIA

Desde o início das discussões sobre a apresentação da MP 1061/2021 e possibilidade de extinção do Bolsa Família, a **Bancada do PT** promoveu encontros, reuniões e debates com parlamentares, comunidade, ex-ministros da área e especialistas para debater o tema e definir estratégias de ação.

À MP destruidora, a Bancada do PT apresentou 182 emendas: para evitar a extinção do Programa Bolsa Família e impedir que cerca de 25 milhões de famílias deixassem de receber algum benefício do governo.

A **Bancada do PT**, em conjunto com a oposição, atuou junto ao relator e conseguiu avanços significativos no projeto, tais como: inclusão de nutriz para fins de recebimento do Benefício de Composição Familiar (no Bolsa Família já havia essa previsão); supressão do número de benefício por família (a MP previa o limite de 5 benefícios/família); determinação de que somente receberão recursos do Auxílio Criança Cidadã instituições que sigam os critérios estabelecidos na Lei de Bases e Diretrizes da Educação; etc.

Além disso, em Plenário, as deputadas e deputados do PT apresentaram três destaques de grande importância: retomada do Programa de Aquisição de Alimentos, extinto





Foto: Gabriel Paiva

## ATAQUES CONTRA O POVO

O povo brasileiro vem sofrendo, desde o golpe de 2016, as consequências dos duros ataques ao Sistema de Proteção Social. Tal situação se agravou com a opção consciente pela política de morte adotada no governo Jair Bolsonaro, em especial durante a pandemia que assolou o mundo e o Brasil a partir de março de 2020. A ausência de políticas públicas para abreviar ou minimizar os efeitos da pandemia e os ataques às políticas de proteção já instituídas contribuíram severamente para as mais de 615 mil mortes por Covid-19 alcançadas no começo de dezembro de 2021.

Como consequência da necropolítica de Bolsonaro, a população convive hoje com o aumento descomunal do número de desempregados e desalentados; com a alta desenfreada da inflação, que tem contribuído para o empobrecimento da população e para o aumento da fome e insegurança alimentar - mais da metade da população não tem garantia de comida na mesa pela 1ª vez em 17 anos e quase 20 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar grave.

Outro retrocesso foi a adoção de profundos cortes no orçamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por enfrentamento de vulnerabilidades, riscos, vitimizações, fragilidades e contingências ocasionadas a indivíduos e famílias, por decorrência de questões sociais, econômicas e políticas.

Ou seja, o sistema que deveria estar dando apoio às pessoas no momento de maior fragilidade está sendo desestruturado e corroído pela falta de investimento no atual governo.

Em 2022, a **Bancada do PT** continuará a denunciar e enfrentar os retrocessos, propondo iniciativas para reverter um quadro desastroso. É preciso garantir acolhimento e emancipação à população trabalhadora mais vulnerável, aos idosos, às pessoas com deficiência e à parcela que representa o futuro do País: as crianças e adolescentes.

***O aumento da fome e insegurança alimentar - mais da metade da população não tem garantia de comida na mesa pela 1ª vez em 17 anos e quase 20 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar grave.***

pela MP; atualização anual dos valores dos Benefícios pelo INPC e aumento do valor das linhas de pobreza e extrema pobreza para que mais famílias fossem incluídas no Programa. Entretanto, todas foram rejeitadas pelo relator.

### MAIS BOLSA FAMÍLIA

A Bancada na Câmara tem um projeto (PL 4086/2020) de ampliação do Bolsa Família, o qual garante 600 reais às pessoas em situação de miserabilidade. Três vezes mais do que o governo Bolsonaro começou a pagar em novembro a quem não foi cortado dos benefícios e 200 reais a mais que o prometido pelo duvidoso Auxílio Brasil.

É o Mais Bolsa Família, que prevê, como a proposta original, algumas pré-condições para a concessão do benefício, entre elas o exame pré-natal, a frequência escolar de 60% em estabelecimentos de pré-escola ou educação infantil, para crianças entre quatro e cinco anos, ou de 85% para crianças entre seis e 14 anos. Além do cum-

primento obrigatório do calendário de vacinação.

Diferentemente da enganação do Auxílio Brasil, o PL da **Bancada do PT** visa a garantir a integralidade do direito e da proteção à assistência social, saúde e educação, com acompanhamento e apoio às famílias beneficiárias, em especial daquelas em situação de maior vulnerabilidade social, de forma articulada entre as áreas de assistência social, saúde e educação.

A Bancada denunciou que já em novembro o governo militar deixou de fora dos benefícios sociais cerca de 25 milhões de famílias, em razão da extinção do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial. Dos 39,3 milhões de beneficiários de ambos os programas, o número caiu para 14,5 milhões de pessoas, em novembro.

O Bolsa Família é um dos maiores símbolos da gestão do PT, virou referência mundial e não podia ser desmantelado por um governo sem nenhum compromisso com o combate à pobreza no País.

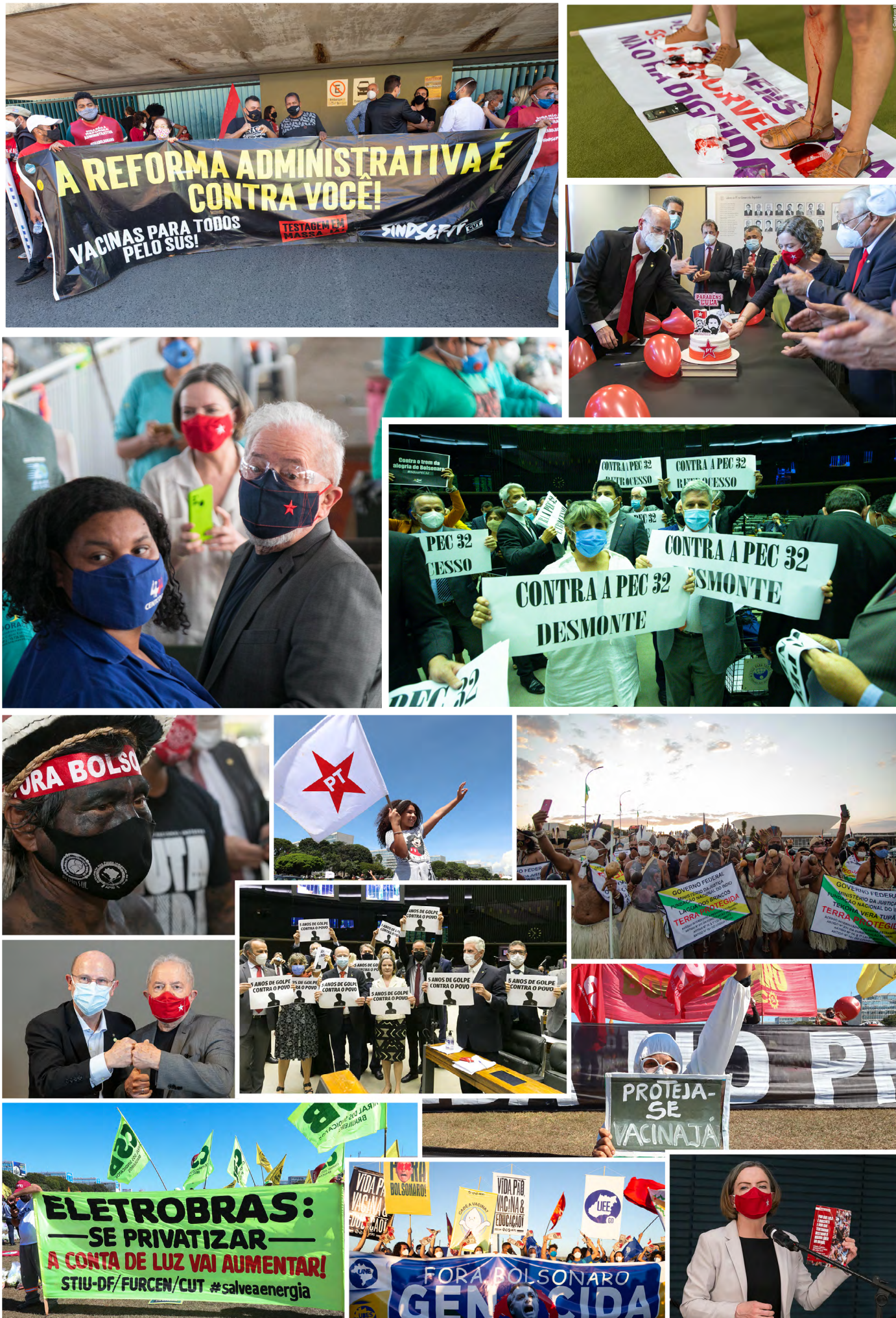
### EMPOBRECIMENTO GENERALIZADO DA POPULAÇÃO

No contexto atual de pandemia, a assistência social prestada pelo Estado aos cidadãos se torna ainda mais necessária, tendo em vista os altos índices de desemprego, a escalada da inflação e o empobrecimento da população.

Há inércia do governo em relação à busca de soluções aos graves problemas no mundo do trabalho para os atuais 14,4 milhões de pessoas desempregadas e 35,6 milhões de pessoas na informalidade.

Legiões de famintos abandonados num momento em que os reflexos da pandemia de Covid-19 ainda perduram na economia e têm seus efeitos agravados pela política econômica desastrosa de Bolsonaro e Paulo Guedes, que não gera empregos e renda, mas apenas privilégios para os abonados do mercado financeiro e as aves de rapina de olho no patrimônio público.





Fotos: Gabriel Paiva/Gustavo Bezerra/Lula Marques

## NÃO AO ESQUARTEJAMENTO DA PETROBRAS SIM A PREÇOS MAIS JUSTOS NOS COMBUSTÍVEIS

*Nenhum país produtor de petróleo e com refinarias adota modelo de preços como o do governo Bolsonaro, que trata o Brasil como dependente de importações, embora seja autossuficiente em petróleo.*

Ninguém aguenta mais a escalada dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha no País. O quadro é desolador, em razão da política antinacional e antipopular adotada pela Petrobras desde o golpe de 2016 e aprofundada pelo governo de ultradireita Bolsonaro. A estatal abriu mão de controlar diretamente os preços do setor e decidiu fixá-los seguindo apenas as cotações internacionais do petróleo e o valor do dólar no Brasil. Quem sofre é o povo brasileiro e quem ganha são os acionistas da empresa, sobretudo os estrangeiros.

Nesse cenário, a **Bancada do PT** na Câmara atuou de modo firme ao longo de 2021 contra a calamitosa gestão da estatal. Denunciou a direção da Petrobras e propôs alternativas. Uma delas, rejeitada pelo plenário da Câmara, quando da votação sobre o estabelecimento de valor fixo do ICMS para combustíveis, foi a proposta de que Petrobras seria obrigada a calcular os preços de derivados do petróleo de acordo com os custos de produção apurados em moeda nacional, limitando a aplicação da variação cambial, do preço internacional do barril de petróleo, à parcela de derivados importados, com reajustes semestrais.

***PT apresentou projetos para reduzir a volatilidade dos preços dos derivados, incentivar o beneficiamento de petróleo no País, reduzir os custos de manutenção e promover os investimentos para ampliar a infraestrutura logística da cadeia de petróleo no país.***

A questão do ICMS foi manipulada por Bolsonaro, pois o problema dos valores escorchantes dos combustíveis e do gás, conforme denunciou a **Bancada do PT**, só será resolvido com a mudança na política de preços da Petrobras. ICMS é uma espécie de cloroquina para a questão dos combustíveis - não resolve o problema, mas desvia a atenção daquilo que é mais importante, a política da Petrobras de favorecimento a acionistas.

Com Bolsonaro, somente neste ano o preço da gasolina nas refinarias ultrapassou 70%, o diesel subiu mais de 64% e o gás de co-

zinha aumentou 47%. Ao longo de todo o governo Bolsonaro, ocorreram 112 reajustes na gasolina, 102 aumentos no diesel e 21 altas no GLP. Em quase todas as cidades do País, o preço da gasolina nas bombas já é mais de R\$7,00 e o botijão de gás passou dos R\$100,00.

As constantes majorações da Petrobras refletem-se nos demais componentes do preço até chegar ao custo final. Para o trabalhador brasileiro, o cenário não poderia ser pior - essa gestão mercantilista da empresa produz um efeito imediato na integralidade da economia, que reage com mais aumentos em todos os produtos e serviços, resultando em inflação, carestia e desemprego. A alta dos combustíveis já levou 25% dos motoristas de aplicativo a desistir de trabalhar nas plataformas.

Como o Brasil é grande produtor de petróleo e tem refinarias que poderiam atender quase a totalidade de sua demanda interna, o PT entende que não há necessidade de dolarizar os preços. Há capacidade de explorar e refinar nosso petróleo, diminuindo as importações e reduzindo a dependência externa. Entretanto, a Petrobras age como

se o Brasil não produzisse uma gota sequer de petróleo. Nenhum país no mundo produtor de petróleo e com refinarias adota modelo de preços como o do governo Bolsonaro, que trata o Brasil como dependente de importações, embora seja autossuficiente em petróleo. É um suicídio econômico, tecnológico e social e um acinte.

### DENÚNCIA DO DESMONTE

A **Bancada do PT**, ao longo do ano, denunciou o processo criminoso de desmonte da capacidade da Petrobras de refinar petróleo e



produzir combustíveis no Brasil, com a pretensão de vender 8 de suas 13 refinarias. Uma política criminosa de esquiteamento e venda de ativos estratégicos. Além disso, a Diretoria da Petrobras determinou que as refinarias diminuíssem sua carga de produção, atualmente com capacidade ociosa (operam em média com 75% de sua capacidade instalada), abrindo o mercado para importações. O óleo diesel, essencial para a economia, foi o combustível mais importado, com aumento no volume de importações de 75%.

Os deputados e deputadas do PT acusaram também, em todos os foros possíveis, a direção da Petrobras e o governo Bolsonaro de implementarem uma política antinacional de gerar empregos no exterior, ao importar combustíveis e gás. Essa ação casa-se com outras que geram desemprego no Brasil.

Em 2021, a Petrobras concluiu a venda de campos de petróleo rentáveis, principalmente no Nordeste. Somente nessa região, a venda desses campos de petróleo resultou na perda de 100 mil postos de trabalho.

O esquiteamento da Petrobras incluiu o fechamento das fábricas de fertilizantes (Fafens) na Bahia, em Sergipe e no Paraná. Agora, o Brasil voltou a ser quase que integralmente dependente de fertilizantes importados, o que vai impactar nos preços dos alimentos.

Várias ações legislativas foram empreendidas pela **Bancada do PT** na Câmara em defesa da Petrobras. Entre ela, os projetos de lei nº 3.677/2021 e 3.855/2021. Nessas proposições, apresentaram-se medidas para reduzir a volatilidade dos preços dos derivados, para incentivar o beneficiamento de petróleo no País, reduzir os custos de manutenção e promover os investimentos necessários para ampliar a infraestrutura logística da cadeia de petróleo no país.

Também foi apresentado requerimento à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados visando

**Há sete anos, o barril custava U\$ 83, como hoje, e a gasolina custava R\$ 2,98. E a estatal nunca deixou de ter lucros. O Brasil precisa de combustíveis mais baratos**



Foto: FUP

a criação de Grupo de Trabalho destinado a discutir a política de preços para os combustíveis aplicada pela Petrobras, baseada no preço de paridade de importação, e os impactos dessa medida no bolso dos consumidores e na economia nacional.

Ainda como esforço para interromper a política de destruição da Petrobras, a Bancada promoveu audiências públicas em várias Comissões da Casa, como as de Minas e Energia; Defesa do Consumidor; Legislação Participativa; Trabalho, Administração e Serviço Público. Em todas as reuniões, os integrantes do governo Bolsonaro e da diretoria da Petrobras foram confrontados com os efeitos perversos da política de preços da empresa no bolso do povo brasileiro.

Em 14 de setembro, foi realizada Comissão Geral no Plenário, com a participação do presidente da Petrobras, como resultado de vários requerimentos de parlamentares, incluindo os da **Bancada do PT**, para debater a política de preços da empresa para combustíveis e GLP.

Foram praticamente unânimes as críticas à conduta da Petrobras, e a **Bancada do PT** mais uma vez cobrou mudanças.

Por fim, foi encaminhado requerimento de informação ao Ministro de Minas e Energia para que explique a política de preços da Petrobras, baseada no preço de paridade de importação (PPI), e o cálculo dos valores dos derivados comercializados pela empresa. A Bancada solicitou ainda todos os documentos que autorizaram a aplicação dessa política pela empresa.

#### **DO POÇO AO POSTO**

O Brasil precisa de uma política que valorize o combustível do poço ao posto, a verticalização, sem as privatizações, adotando uma política correta que não seja a de cobrar a conta do povo para sobrar para os endinheirados rentistas. A política de preços implantada para promover a todo custo "mais mercado" em um setor estratégico para o funcionamento da economia deve

ser urgentemente revista em favor de outra, clara e transparente, que reduza a volatilidade e incorpore os custos de produção na definição dos preços no mercado interno, mantendo o papel da Petrobras como agente central em sua regulação.

Há sete anos, o barril custava U\$ 83, como hoje, e a gasolina custava R\$ 2,98. E a estatal nunca deixou de ter lucros. O PT entende que o Brasil precisa e pode ter combustíveis com preços mais baixos que os internacionais para impulsionar seu desenvolvimento e ficar com oferta de derivados de petróleo compatível com as rendas dos brasileiros". Isso passa pela mudança do modelo atual.

**Brasil precisa de uma política que valorize o combustível do poço ao posto, sem as privatizações, adotando uma política correta que não seja a de cobrar a conta do povo para sobrar para os endinheirados rentistas.**



# CONTRA O DESMONTE DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS E EM DEFESA DAS CONQUISTAS SOCIOAMBIENTAIS

**O PT teve participação destacada na mobilização que provocou a queda do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.**

No Congresso Nacional e em várias outras frentes, em sintonia com movimentos sociais, indígenas e ambientalistas, a **Bancada do PT na Câmara** enfrentou diuturnamente, ao longo de 2021, a investida bolsonarista de “passar a boiada” contra o meio ambiente. A Bancada denunciou e enfrentou a ação coordenada entre o governo militar comandado por Bolsonaro e as forças retrógradas do Congresso Nacional que levou a cabo a paralisação da política ambiental e avançou no desmonte do arcabouço legal de proteção.

O PT teve participação destacada na ampla mobilização da sociedade que provocou a queda do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que, enquanto permaneceu no cargo, só promoveu políticas contra os diferentes biomas do País.

Na tribuna, nos meios de comunicação, no diálogo direto com a população e na frente judicial, o Partido dos Trabalhadores na Câmara atuou para denunciar o assalto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) praticado pelo governo Bolsonaro.

Um ano de luta sem trégua contra a conivência e omissão de Salles frente aos crimes ambientais e também em reação à perseguição promovida por ele contra os servidores ambientais e à militarização do ICMBio e do Ibama.

Foi iniciativa da **Bancada do PT** a proposta de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar improbidades administrativas e demais delitos praticados por Salles, o pior ministro da área que o Brasil já teve.

A Bancada também encaminhou ao Supremo Tribunal Federal uma notícia-crime pelo envolvimento e cumplicidade do ex-ministro com a exploração criminosa de madeira na Amazônia. Ainda na seara judicial, uma ação popular foi apresentada contra o Ibama e o MMA por restringir acesso aos processos de multas por crimes ambientais.

Ao mesmo tempo, via mandatos e o Gabinete da Liderança, vários Projetos de Decretos Legislativos foram apresentados para sustar atos de Salles, numa permanente ação política articulada com os partidos de oposição e organizações da sociedade civil.

Outra frente de ação foi contra o desmatamento, os incêndios florestais e em defesa da Amazônia, do Pantanal e dos demais biomas.

## EM DEFESA DOS BIOMAS BRASILEIROS

No Pantanal, a tragédia dos incêndios ocorridos em 2020 se repetiu neste ano, indicando impunidade e omissão do governo federal, que não adotou as medidas recomendadas por diferentes segmentos relacionados ao tema. Cabe destaque ao papel do PT na Comissão Externa da Câmara destinada a acompanhar e promover estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros.

Da Comissão saíram inúmeras recomendações e ações diretas que em muito contribuíram para evitar uma situação ainda mais dramática no Pantanal. Para além do bioma, a aprovação de projeto de lei que instituiu o Manejo Integrado do Fogo foi uma considerável conquista para o País, fruto do engajamento da **Bancada do PT** e dos demais partidos comprometidos com a agenda ambiental.

O PT teve também participação decisiva no âmbito do Fórum Permanente em Defesa da Amazônia. No contexto da Cúpula do Clima, em Glasgow (COP 26), em novembro, o Fórum denunciou as manipulações do governo Bolsonaro associadas às tratativas que mantinha, sem transparência e sem participação da sociedade e do Parlamento, em torno de um acordo de cooperação com o governo dos EUA “em prol” da Amazônia.

O acordo “secreto” foi frustrado e criaram-se novos espaços de inter-



Foto: Gabriel Paiva

locução com parlamentares e organizações da sociedade civil dos dois países.

A **Bancada do Partido dos Trabalhadores** endossou também a proposta de moratória ao desmatamento da Amazônia, medida estratégica e necessária para frear a devastação da maior floresta tropical do mundo. A proposta também consta no Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, formulado pelo PT, e deve ser retomada com prioridade em 2022.

## SOLIDARIEDADE COM OS INDÍGENAS E MOVIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS

Os povos indígenas marcharam em Brasília em 2021 para impedir a aprovação de projetos de lei que abrem suas terras à exploração mineral e outras atividades empresariais.

E para exigirem do Supremo Tribunal Federal a rejeição da tese do marco temporal, verdadeiro ataque contra os direitos dos po-

vos indígenas aos seus territórios. A **Bancada do PT** se empenhou fortemente para evitar a aprovação do PL 490/2007 e do PL 191/2020, que embutem as duas ameaças, assim como se somou à mobilização indígena junto ao STF.

As duas grandes mobilizações realizadas na capital federal - o Acampamento Terra Livre e a Marcha das Mulheres Indígenas - demonstraram a capacidade de organização e luta dos povos indígenas, colocando-os na vanguarda da resistência democrática. A Bancada sempre esteve presente, manifestando apoio e solidariedade à causa indígena. Esse compromisso se reflete na estrutura partidária com a recente criação do setorial dos povos indígenas.

O Grito da Pesca Artesanal foi outro grande evento que teve amplo apoio e participação da **Bancada do PT**. Realizado pelo Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, o Grito denunciou a política excludente de recadastramento imposta pelo go-



verno Bolsonaro e os retrocessos nos direitos previdenciários e nos benefícios conquistados pela categoria. O papel da Liderança da Bancada e dos presidentes das Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos e Minorias, acolhendo o Grito em Audiência Pública e endereçando a pauta apresentada, fortaleceu a mobilização e a visibilidade de um contingente de trabalhadores e trabalhadoras com grande capilaridade no território nacional.

## RESISTÊNCIA ÀS INVESTIDAS CONTRA A POLÍTICA AMBIENTAL

Não bastasse todo o desmonte feito, em mais uma demonstração de subordinação da política ambiental aos interesses dos setores econômicos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se prestou ao papel de office boy do Movimento Brasil Competitivo e solicitou ao Ministério do Meio Ambiente a revisão de 14 normas ambientais. A **Bancada do PT** denunciou o caráter patrimonialista da ação e encaminhou ao Ministério Público Federal representação pedindo investigação da conduta sob a ótica dos princípios da administração pública.

A Bancada também se empenhou para evitar a aprovação do marco geral do licenciamento ambiental, um retrocesso sem precedente que compromete o principal instrumento da política ambiental do País.

No começo de dezembro, todos os esforços da Bancada do Partido dos Trabalhadores se concentravam na luta para impedir a aprovação no novo Código da Mineração.

Pelo formato proposto, as mudanças pretendidas servem mais aos setores econômicos do que aos interesses gerais da sociedade, comprometendo a possibilidade do aproveitamento sustentável dos recursos minerais no âmbito de um projeto de desenvolvimento nacional.

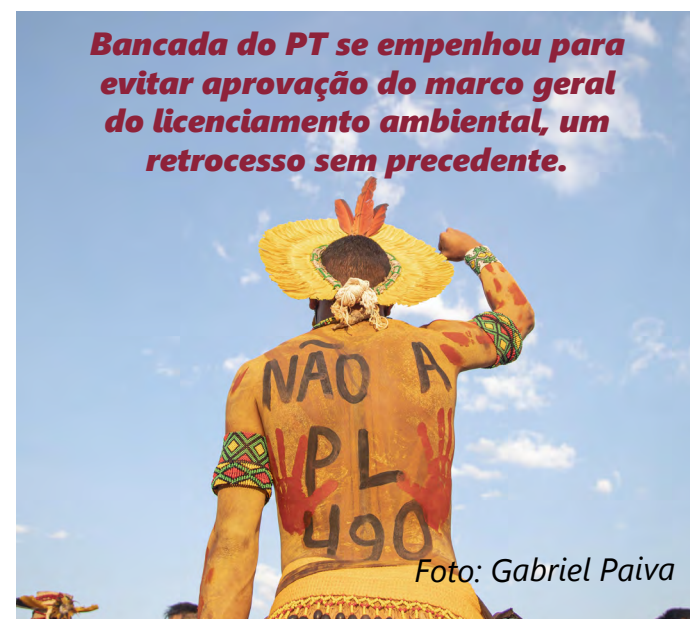
Outra luta da Bancada é contra a flexibilização da proteção das Unidades de Conservação e a exploração econômica dessas áreas, um ataque frontal aos direitos das populações tradicionais. Há forte resistência à mudança da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, proposta para permitir a criação de grandes animais nas Reservas Extrativistas. A Bancada rechaça outros retrocessos previstos em projetos de

lei, como um que reduz a área da Reserva Extrativista Chico Mendes, outro que transforma o Parque Nacional do Divisor em Área de Proteção Ambiental e um terceiro que extingue a Reserva Extrativista Canavieiras. A Bancada reagiu igualmente contra o Programa Adote um Parque, já que fere a autonomia dos conselhos consultivo e deliberativo das Unidades de Conservação.

## ADOÇÃO DE BIOINSUMOS

A **Bancada do PT** defende a adoção de bioinsumos para garantir ao País uma política socialmente incluyente, ambientalmente responsável e voltada para a produção de alimentos saudáveis. Em 2021 o tema da produção e uso de bioinsumos na agropecuária ganhou destaque no Congresso Nacional. A bancada, sobretudo no âmbito do Núcleo Agrário, realizou vários debates envolvendo organizações dos agricultores, pesquisadores e órgãos do poder público, a partir dos quais consolidou uma posição crítica sobre o tema.

Para o PT, o projeto que tramita na Câmara apresenta problemas e lacunas que comprometem a saúde pública, a biossegurança e o acesso de agricultores familiares e camponeses aos insumos biológicos. A Bancada empenha-se na aprovação de uma legislação que promova a produção e uso seguro dos bioinsumos e que sejam acessíveis ao conjunto dos agricultores do País. Para além da mera substituição de insumos, o PT defende uma política de bioinsumos como via estratégica para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares justos, solidários e ambientalmente sustentáveis.



## SIM AOS SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA E ÀS PRIVATIZAÇÕES

**Sem os votos do PT, a privatização da Eletrobras foi aprovada no Congresso. O projeto entreguista e antinacional abre caminho para aumentos exorbitantes dos preços da energia.**

2021 ficou marcado pela atuação da Bancada do Partido dos Trabalhadores contra a ofensiva do governo Bolsonaro para enfraquecimento do Estado brasileiro. Um dos pontos centrais foi a luta contra a proposta de Reforma Administrativa (PEC 32) e a privatização de empresas estatais estratégicas que garantem a soberania e autonomia do País frente a interesses estrangeiros.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, enviada ao Congresso Nacional no auge da pandemia da Covid-19, é abominável. Apresentada com a justificativa de redução dos gastos públicos, não tem estudos que a embasem.



Foto: Lula Marques

A **Bancada do PT**, com os deputados e deputadas que orientaram a atuação na Comissão Especial da PEC 32, arguiu o Ministro da Economia em duas ocasiões e solicitou, oficialmente, os estudos que fundamentaram a proposta. A resposta foi superficial e evasiva, levando à conclusão óbvia: os estudos não existem.

A PEC 32, na prática, destrói o serviço público e é apenas um aceno ao chamado mercado, num cenário de intensa depreciação do Estado, da soberania nacional e da destruição da Constituição Cidadã de 1988, seguindo a lógica de tentar transformá-la em uma peça liberal, orientada exclusivamente pelo lucro.

Trata-se de um conjunto de medidas fiscais que, em tese, permitiria um ajuste de longo prazo, mas concentrando seus efeitos sobre os servidores públicos civis. A PEC 32 cria diferenciação na forma de contratação e no gozo de direitos entre servidores públicos, sendo direcionada contra a imensa maioria das carreiras que efetivamente não possuem alta remuneração ou privilégios funcionais, como professores, médicos, enfermeiros e o contingente de funcionários dos estados e municípios.

Ao mesmo tempo, mantém privilégios de segmentos específicos, como magistrados, procuradores e militares, os que mais ganham. Não prevê tratamento isonômico, ao contrário: os profissionais da Saúde e da Educação, os mais demandados pela população pobre, terão menos direitos e contratos precarizados.

Justamente em tempos de pandemia, o governo propôs a desestabilização da carreira de milhares de servidores que sustentam a duras penas escolas, hospitais, universidades e órgãos de seguridade e de outras áreas essenciais para a sociedade.

Ao invés de promover eficiência e a recuperação do serviço público, a Reforma Administrativa de Bolsonaro transforma tudo em terra arrasada, prejudicando sobretudo os mais pobres.



## O ESTADO CONTRA OS POBRES

O roteiro, infelizmente, é conhecido apesar de indigesto para a sociedade. Mais uma vez – como na PEC do teto de gastos ou nas reformas trabalhista e previdenciária – as autoridades econômicas evocam a lógica da austeridade e do minimalismo estatal para justificar cortes indiscriminados de despesas e fragilização de direitos que prejudicam a gestão pública e o atendimento às necessidades da população. Basta lembrar que a facilidade para demitir arbitrariamente funcionários ou reduzir salários e jornada vai atingir especialmente servidores do Ministério da Saúde e da Educação, os setores de maior demanda social.

O governo promove é uma perigosa e ardilosa modelagem de contratação precarizadora no serviço público, por meio de contratos por prazo determinado, ampla execução de serviços públicos por órgãos e entidades privadas. Cria-se uma linha muito tênue que separa a promiscuidade entre público e privado, com grave risco da manipulação dos apadrinhamentos políticos na ocupação desses contratos temporários.

Para a **Bancada do PT**, a PEC fere de morte o Estado brasileiro. Enfraquece, desestabiliza, precariza e desvaloriza órgãos e carreiras que prestam serviços públicos e implementam políticas públicas garantidoras de direitos, fundamentais para desenvolvimento justo, sustentável e soberano do País.

É um ataque aos servidores, inclusive os atuais. As regras de transição apresentadas com relação ao corte de várias parcelas remuneratórias flexibilizam o direito dos atuais servidores em muitos aspectos, assim como a regulamentação das novas hipóteses de demissão. Já a possibilidade do corte de jornada e remuneração atinge diretamente os servidores atuais, inclusive aqueles cujo novo texto entende como exclusivos de Estado. O mesmo em relação aos empregados públicos.

A possibilidade de contratação de tem-

***A matriz energética brasileira - tanto de energia elétrica como de combustíveis derivados do petróleo, produto do esforço coletivo da sociedade brasileira - vem sendo vilipendiada pelo governo militar presidido por Bolsonaro.***



Foto: Gabriel Paiva

porários e de privatização por meio dos contratos de cooperação subverte a lógica de ingresso no serviço público por meio de concurso. O texto foi aprovado pela Comissão Especial no fim de setembro e, desde então, não foi pausado no Plenário da Câmara dos Deputados.

A **Bancada do PT** continua mobilizada junto às entidades de servidores, que mantiveram as estratégias de repúdio à PEC 32 vividas, inclusive nas dependências do Congresso Nacional.

### PRIVATIZAÇÕES ANTINACIONAIS A LIQUIDAÇÃO DO BRASIL

A **Bancada do PT** na Câmara investiu todas as energias contra a tramitação da Medida Provisória 103, que permitiu a privatização da estratégica Eletrobras, a maior empresa de geração de energia elétrica da América Latina. Protocolou ações no Supremo Tribunal Federal e representações no Tribunal de Contas da União, sempre em articulação com os sindicatos e associações que representam os eletricitários brasileiros.

Sem os votos do PT, a privatização da Eletrobras foi aprovada no Congresso. O projeto entreguista e antinacional abre caminho para aumentos exorbitantes dos preços da energia, para mais uma vez, de acordo com a lógica neoliberal, prejudicar o povo e beneficiar o investidor privado.

O ano de 2021 também ficou marcado pela continuidade do desmonte da Petrobras. Em operação escandalosa, o governo vem privatizando as refinarias da Petrobras a preço vil, em

prejuízo da cadeia produtiva do petróleo construída a duras penas pela sociedade brasileira. Resultado: desemprego, alta desenfreada dos preços dos combustíveis e lucros absurdos para acionistas privados da estatal. A política antinacional de preço dos combustíveis se reflete em toda a economia, impactando na inflação e empurrando milhares de brasileiros para a miséria

Portanto, toda a matriz energética brasileira - tanto de energia elétrica como de combustíveis derivados do petróleo, produto do esforço coletivo da sociedade brasileira - vem sendo vilipendiada pelo governo militar presidido por Bolsonaro.

A **Bancada do Partido dos Trabalhadores** da Câmara também reagiu duramente à privatização da Empresa Brasileira de Correios e

Telégrafos - Correios. O projeto, que após muita resistência está aos cuidados do Senado Federal, planeja, para além da privatização integral dos Correios, a criação de um sistema postal em que todos os serviços - inclusive os que hoje são prestados em regime de monopólio pela ECT - sejam explorados pela iniciativa privada.

Trata-se de um atentado contra a Constituição, operando uma mudança do próprio conceito de serviço postal. Incorporou-se a noção de "atividade econômica" na prestação desse serviço essencial contrariando frontalmente entendimento do STF que, em 2009, julgou que, por se tratar de serviço público e não de atividade econômica, o setor estaria isento dos princípios constitucionais de livre iniciativa, livre exercício de atividade laboral e livre concorrência, que regem a ordem econômica vigente no País.

Há, portanto, um evidente risco de recuo na universalização atualmente existente, com prejuízos incontáveis para a população e para os trabalhadores do setor.

Outras importantes estatais estão na mira privatizante do atual governo: a Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, DataPrev, Serpro e Ceitec.

2021 foi marcado por atentados contra a soberania, os interesses nacionais e o Estado brasileiro. Mas a agenda neoliberal e antinacional do governo militar liderado por Bolsonaro enfrentou a resistência da **Bancada do PT**, junto com os movimentos sociais, populares e sindicais.



Foto: Lula Marques



## O GOLPE DO SEMIPRESIDENCIALISMO E OS CASUÍSMOS POLÍTICOS E ELEITORAIS

*O chamado semipresidencialismo é, na realidade, um parlamentarismo disfarçado, com o poder não na mão do presidente que o povo escolheu.*

Ao longo de 2021, a **Bancada do Partido dos Trabalhadores** na Câmara, junto com outros partidos de oposição, resistiu e conseguiu frear tentativas de mudança no sistema político e eleitoral patrocinadas por forças sem compromisso com a democracia.

No período, floresceram tentativas casuísticas e antidemocráticas para mudar as regras do jogo eleitoral e manter no poder as forças políticas conservadoras e neofascistas que transformaram o Brasil em pária internacional e trouxeram de novo a fome, o desemprego, a desesperança e uma gravíssima crise sanitária inacabada.

Uma das primeiras tentativas de tumultuar o processo democrático, diante da possível derrota do atual presidente da República nas eleições de 2022, foi impedida pela atuação decisiva da Bancada do PT: a Proposta de Emenda Constitucional nº 135/de 2019- a PEC do Voto Impresso.

Da proposta apresentada pelo relator constavam retrocessos como a contagem manual obrigatória das cédulas impressas, em sessão pública e na própria seção eleitoral, local onde se proclamariam os resultados do pleito eleitoral. Ou seja, pregavam a substituição da votação eletrônica, considerada um avanço de eficiência do processo eleitoral brasileiro, pela contagem manual dos votos. Uma volta ao tempo da República Velha.

Sob o falso argumento de que estariam aumentando a segurança e a transparência do voto, os defensores da proposta buscavam, ao fim e ao cabo, retomar a prática da contagem manual das cédulas, suscitando a possibilidade de fraude, questionamentos e tumultos no processo eleitoral. No fundo, uma tentativa desesperada de ajudar o atual presidente da República num pleito em que o ex-presidente Lula aparece desde agora como favorito.

A PEC, felizmente, com a atuação da Bancada e de outras forças da oposição, foi rejeitada na Comissão Especial e no Plenário da Câmara dos Deputados. Foi enterrada, nessa legislatura, uma proposta oportunista, casuística e cujo único propósito seria o de questionar, tumultuar e não aceitar a derrota anunciada do atual presidente nas eleições de 2022.

### A ANOMALIA DO DISTRITÃO

A Bancada, igualmente unida com as demais forças políticas e progressistas do Parlamento e da sociedade civil organizada, enfrentou outra deplorável tentativa de alterações no sistema eleitoral proporcional, pelo qual se elegem deputados federais, estaduais e distritais e vereadores. A Proposta de Emenda Constitucional nº 125/2015 pretendia, dentre outras coisas, instituir o “distritão” ou “distritão misto”, sistema que funciona apenas em quatro países do mundo: Ilha de Vanuatu, Jordânia, Afeganistão e Ilhas Pitcairn.

Trata-se de um sistema que privilegia candidaturas personalistas e que tendem a beneficiar aqueles mais conhecidos regionalmente ou nacionalmente. É uma ameaça à representatividade de minorias políticas e de segmentos sociais, já que são eleitos apenas os deputados mais votados, jogando-se milhões de votos na lata do lixo. Se houvesse distritão em 2018, 70% dos votos seriam desperdiçados.

Ou seja, 68 milhões dos quase 100 milhões de eleitores que escolheram um candidato a deputado federal teriam seus votos descartados.

Não há exagero em dizer que esse modelo é uma espécie de “seguro reeleição” que dificulta a renovação de lideranças. Porque se trata de um estímulo ao hiperpersonalismo, ao populismo e ao abuso do poder econômico, com menos candidatos, campanhas



Foto: Lula Marques

milionárias e enfraquecimento dos partidos. de adversários do atual presidente da República.

Nenhuma das democracias mais maduras se constituiu sem o fortalecimento de partidos.

O PT é contra o distritão porque o sistema prioriza popularidades de indivíduos em detrimento do aprimoramento do debate de ideias, programas e projetos para o país. E ainda acaba com qualquer incentivo ao esforço coletivo e com o voto na legenda. Impede a possibilidade de se eleger parlamentares que representam melhor a diversidade de pensamentos que compõem a sociedade e derruba a qualidade do debate eleitoral.

O atual sistema proporcional, mantido pelas Constituintes de 1946 e 1988, funciona há 70 anos, possibilitando eleger parlamentar que tem os chamados votos de opinião, como intelectuais e líderes religiosos e comunitários.

O distritão induz os partidos à prática de apresentar poucos candidatos. Um estado como São Paulo, representado por 70 deputados de variadas legendas, com certeza não teria mais que 90 candidatos. O crime organizado, o tráfico ou as milícias teriam mais facilidade de eleger representantes nas regiões que controlam.

### NÃO ÀS FAKE NEWS

A **Bancada do PT** atuou firmemente também para enfrentar e combater o desvirtuamento enganoso da vontade popular por grupos neofascistas mediante a disseminação de mentiras, fake news e outras estratégias que possam minar a credibilidade do processo eleitoral ou tentar desconstruir reputações e viabilidades

Neste ano, apesar das tentativas antidemocráticas de se mexer na legislação política e eleitoral, houve uma modificação relevante, com participação bastante atuante da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara: a aprovação do novo Código Eleitoral, cujo texto passou a tramitar no Senado Federal.

### O GOLPE TRAVESTIDO DE “NOVO SISTEMA”

Entretanto, as tentativas casuísticas e retrógradas não pararam, com o propósito de fragilizar eventual governo Lula: no fim do ano resurgiu a esdrúxula tese do semipresidencialismo. Emblemáticas personalidades do Executivo, Legislativo e Judiciário, com apoio de setores da mídia, retomaram a oportunista proposta de mudança no sistema de governo. Repetiram o que sempre fizeram em momentos de crise política ou quando governos de esquerda se mostravam consistentes e com possibilidade de sucessivas vitórias. Isso já ocorreu em 1961, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Os militares não aceitaram a posse do vice-presidente João Goulart e empurraram a Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro daquele ano, para cercear o novo governo de caráter progressista. O povo derrubou o parlamentarismo em plebiscito realizado em 1962. Em outro plebiscito realizado em 1993 o povo disse não ao parlamentarismo.

A articulação pela adoção do semipresidencialismo, a menos de um ano das eleições presidenciais, é uma proposta extremamente perniciosa à democracia brasileira. É casuística e completamente alheia à cultura política do Brasil.





Foto: Lula Marques

A Bancada do PT rechaça a proposta que surge num momento em que não há nenhum clamor na sociedade ou qualquer movimento no sentido de mudar o sistema de governo.

Existe, isso sim, uma crescente rejeição ao atual governo, responsável pela tragédia que o País atravessa, e um desejo por outro governo que devolva aos brasileiros a esperança, por meio de políticas sociais consistentes, e instaure um ambiente de desenvolvimento capaz de gerar empregos perdidos no período recente e reafirme a importância do Brasil no cenário internacional.

O chamado semipresidencialismo é, na realidade, um parlamentarismo disfarçado, com o poder não na mão do presidente que o povo escolheu. O voto direto seria enfraquecido numa negociação complexa intraparlamentar em busca de uma maioria de 258 votos de deputados e deputadas que jamais poderia substituir o voto de milhões de cidadãos no presidente da República.

Portanto, o projeto extemporâneo do semipresidencialismo deve ser visto como um dos tantos golpes que recheiam a história recente do Brasil. Seu objetivo, muito aquém de

enfrentar os problemas do País, é combater, a priori, as enormes transformações que um futuro governo popular e defensor de um projeto de desenvolvimento nacional poderá implementar, com um programa econômico e social sustentável que beneficie todos os setores da sociedade.

Um avanço, contudo, deve ser observado: Em setembro, o Congresso Nacional derrubou o veto de Bolsonaro às federações partidárias. Foi uma vitória da democracia. A Bancada do PT na Câmara encaminhou o voto favorável à mudança. As federações partidárias asseguram o pluralismo político, garantem um caráter mais nacional às legendas, valorizam as identidades entre os partidos e inibem o fisiologismo. Trata-se de uma mudança estrutural da política brasileira extremamente relevante para os interesses coletivos e o aperfeiçoamento da democracia no País.

O sistema assegura um programa único que não pode ser desfeito após as eleições. O programa é apresentado ao eleitor e deve ser seguido pelos partidos da federação pelo menos por quatro anos. A Federação é uma importante novidade política que encontra uma esquerda amadurecida e pronta para pilotá-la. Vamos, juntos, mudar o Brasil.

## EM DEFESA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONTRA A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA

*Em comparação com a safra 2013/14, na safra 2020/21 houve uma redução no número de contratos via Pronaf da ordem de 300 mil, o que reflete o processo de concentração interna no programa.*

Desde o início do atual governo, só retrocessos ambientais e agrários têm ocorrido no País. A atuação política obsessiva dos ruralistas observadas em 2021, pela ampliação e liberalização do mercado de terras, mediante, inclusive, ataques às terras públicas e protegidas, foi o ponto marcante, no contexto institucional da economia, de parcela expressiva desse setor da sociedade. Esse processo acentua, no plano estrutural, as mazelas sociais, econômicas e ambientais originadas da oligárquica e arcaica realidade agrária nacional: o continuado processo de concentração da terra nas mãos de uns poucos.

Mesmo com um quadro adverso, a **Bancada do PT** atuou para valorizar e garantir respeito e apoio à agricultura familiar, uma atividade essencial para o desenvolvimento saudável, porque gera emprego e renda e garante a continuidade das famílias no campo. Valorizar a agricultura familiar significa segurança alimentar do País, uma vez que o setor responde por 70% dos alimentos consumidos no dia a dia pelo povo brasileiro.

A Bancada, entretanto, enfrentou severas dificuldades para uma atuação mais proativa contra os retrocessos no plano institucional por conta da ampla hegemonia dos setores conservadores. Mesmo assim, tem utilizado as alternativas regimentais, no âmbito do Congresso Nacional, para pressionar o governo e cobrar informações para mitigar os danos que têm sido promovidos. Ao longo do ano, foram apresentadas diferentes proposições legislativas, como adoção de metas físicas para os programas de reforma agrária e de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Num cenário hostil, a **Bancada do PT** tem atuado nas mais diversas esferas, em parceria com os movimentos sociais do campo e organizações não governamentais, com o objetivo de evitar os retrocessos. No Poder Ju-

diciário e no Ministério Público, por exemplo, o PT atuou de forma autônoma ou subsidiária aos movimentos sociais nas ações contra a paralisação do programa de reforma agrária.

Tem também articulado e contribuído com a viabilização de medidas políticas mobilizadoras de diversos setores contra as proposições que sistematicamente procuram legitimar a grilagem das terras públicas. Em articulação com o Fórum Permanente de Defesa da Amazônia, a Bancada contribuiu fortemente na denúncia, inclusive na esfera internacional, contra os projetos de grilagem de terras e do crescimento vigoroso do desmatamento da Amazônia no ano de 2021.

Essas ações, pelas repercussões internacionais e mesmo na mídia corporativa nacional, têm evitado a aprovação das versões com os conteúdos mais radicais e contrários aos interesses da maioria da população brasileira, sobretudo no campo ambiental.

### AGRICULTURA FAMILIAR

Instrumentos conquistados durante os governos petistas para reforço da agricultura familiar vêm sendo desmantelados pelo governo neofascista Bolsonaro. A exceção tem sido o Pronaf, mantido graças a sua funcionalidade à economia do agronegócio, mas desfigurado nas suas bases conceptivas. Em 2021, foi extinto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – um avanço extraordinários dos governos do PT para valorizar a agricultura familiar — e criado, no seu lugar, o programa 'Alimenta Brasil'.

É uma política de terra arrasada. Ignorando os apelos de entidades sindicais e de movimentos sociais do campo, a ministra da Agricultura manteve a extinção do 'Plano Safra' da Agricultura Familiar em 2021. Intensificou-se a concentração interna no programa e, em



contrapartida, amplia-se a exclusão do crédito dos setores da base da agricultura familiar.

Em comparação com a safra 2013/14, na safra 2020/21 houve uma redução no número de contratos via Pronaf da ordem de 300 mil, o que reflete o processo de concentração interna no programa. Em termos reais, a preços de junho de 2021, o valor aplicado na safra 2013/14, de R\$ 32 bilhões, foi R\$ 1 bilhão menor que o aplicado na 2020/21. No entanto, para o crédito rural, em geral, cujos maiores beneficiários são os grandes fazendeiros, o valor disponibilizado, em termos reais, no mesmo período, subiu de R\$ 226 bilhões, para R\$ 245 bilhões.

Outra deformação é a decisão do governo militar de privilegiar recursos do programa para as culturas nobres do agronegócio exportador em detrimento dos alimentos essenciais da dieta básica. Na safra 2020/21, o montante de recursos do Pronaf aplicados no custeio da soja foi de R\$ 4 bilhões, o equivalente a oito vezes o valor aplicado conjuntamente nas culturas do arroz, feijão e mandioca.

Ante o abandono imposto por Bolsonaro aos agricultores familiares durante o ano de 2020, o primeiro da pandemia, a **Bancada do PT** promoveu esforço gigantesco pela aprovação projeto de lei para garantir proteção econômica a essas famílias fortemente impactadas pelas medidas de enfrentamento ao coronavírus. A Câmara e o Senado aprovaram a Lei Assis Carvalho, mas foi vetada por Bolsonaro. Como reação, a **Bancada do PT** apresentou novo projeto (PL 823), que deu origem à chamada Lei Assis Carvalho II, alvo de novo veto integral do ex-capitão.

## INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS

Ao longo do ano, os preços de alimentos comuns à mesa dos brasileiros se mantiveram em patamares bem superiores ao índice geral de in-

flação. De janeiro a outubro, o IPCA variou 8.24%, mas o preço do frango, por exemplo, subiu 28%.

A política do governo militar Bolsonaro de privilegiar exportações de produtos agrícolas tem causado inflação nos preços dos alimentos. Em 2021, até outubro, o Brasil exportou 307 mil toneladas de hortaliças/verduras, o que representou um incremento de 46.2% em dez anos. A inflação do pimentão foi de 82%; a do tomate, 29%; etc.

A mandioca, cultura tradicional da culinária brasileira, foi o terceiro alimento com a mais alta taxa de inflação: 40%. Por quê? A área plantada com a cultura da mandioca vem sendo 'engolida' pelas commodities nobres do agronegócio. Segundo o IBGE a área plantada com a cultura em 2020 foi 30% menor que em 2000.

Desde 2020, a **Bancada do PT** denuncia essa política de Bolsonaro. A Bancada apresentou projeto de lei propondo o estabelecimento de trava nos benefícios da Lei Kandir quando a commodity objeto de exportações apresentar estoque público interno abaixo do correspondente a 20% do consumo correspondente. Lamentavelmente, a proposição não avança na Câmara dos Deputados.

## VENENOS NA AGRICULTURA

Em 2021, o governo Bolsonaro liberou 534 venenos para a agricultura, totalizando, desde que assumiu o cargo, o recorde de 1.445 registros de agrotóxicos, muitos proibidos em vários países por serem cancerígenos. A **Bancada do PT** apresentou Projeto de Decreto Legislativo para contestar as mudanças nos critérios de classificação toxicológica dos agrotóxicos ocorrida no primeiro ano do governo Bolsonaro, que flexibilizou de forma radical os venenos no Brasil. A Bancada também contestou judicialmente a política pró-veneno de Bolsonaro.







***PT NA CÂMARA***  
***BRASÍLIA - Dezembro - 2021***